

## O nome dela era Rosa

epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII

Klebson Oliveira  
Tânia Lobo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, K., and LOBO, T. O nome dela era Rosa: epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 623-646. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



# O nome dela era Rosa: epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII

Klebson OLIVEIRA  
Universidade Federal da Bahia  
PROHPOR

Tânia LOBO  
Universidade Federal da Bahia  
PROHPOR

## Introdução

A década compreendida entre os anos de 1997 e 2007 deu início a uma nova fase nos estudos histórico-diacrônicos do português brasileiro, marcada pela exploração de arquivos. Ao menos duas consequências relevantes advêm daí: a possibilidade de uma *reconstrução significativamente mais próxima do chamado português popular brasileiro* e a abertura de uma nova área de investigação nos estudos sobre a história da penetração da língua escrita no Brasil, a saber, a *análise das práticas de leitura e escrita de indivíduos integrantes de grupos sociais subalternos*. Estima-se que, no final do século XVIII, os letrados e semiletrados do Brasil não ultrapassassem 0.5% do total da população. Aproximadamente um século depois, segundo o censo de 1872, ainda eram raros os que sabiam ler e escrever: 99.9% dos escravos, 80% dos homens livres e 86% das mulheres livres eram analfabetos. Contudo, no passado, certos espaços destacaram-se por terem, mesmo que de forma rudimentar, facultado a alguns poucos, entre a maioria dos “excluídos” da sociedade colonial e pós-colonial, a possibilidade de aprender a ler, escrever e contar. Para os africanos e afrodescendentes (fossem escravos, livres ou libertos), as irmandades negras constituíram-se em um desses espaços, como o demonstram, para o século XVII, a Irmandade de Santo Antônio de Categeró e, para o século XIX, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, ambas situadas na cidade do Salvador. Mesmo poucos, e principalmente destinados às elites, os conventos, recolhimentos e educandários também despontaram como o outro

espaço em que mais um segmentos social carente das letras – as mulheres – pôde inserir-se mais ativamente no mundo da cultura escrita. É dentro de um recolhimento fundado no Rio de Janeiro no século XVIII, denominado Nossa Senhora do Parto, que se localiza a emergência de toda uma produção escrita relacionada à africana *Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz*, considerada pelo antropólogo Luiz Mott (1993) a primeira escritora da história afrobrasileira. Reconhecendo que já existe no Brasil uma relativamente sólida tradição de estudos de epistolários das chamadas gentes visíveis, este texto, que finaliza com uma apresentação dos dados biográficos de *Rosa* e com uma brevíssima análise das suas cartas – escritas de próprio punho ou não –, dá notícia dos primeiros passos na investigação da relação de uma ilustre protagonista “anônima” da história com a leitura e a escrita.

## 1 Alfabetização e letramento de mulheres

Em um exemplar do livro *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a proclamação da República*, adquirido em um dos sebos da cidade do Salvador no ano de 2008, leem-se, na falsa folha de rosto e na folha de rosto propriamente dita, quatro dedicatórias, feitas a *Marilu*, sua primeira proprietária:

*Marilu,*  
*Sei que você precisa ter mais instrução, é por isso que eu faço uma dedicatória em cada livro que você compra. Mas não o deixe na biblioteca, é preciso ler para se instruir.*  
*Ana*  
*S.P. 30-03-66*

*Marilú,*  
*Você não pediu para eu escrever no seu livro, e eu fiquei frustrada. Por isso não desejo que você seja feliz, nem que tenha tudo de bom na vida.*  
*Vera.*

*Marilú,*  
*Você enche! Já gastei a cabeça de tanto fazer dedicatórias em seus livros. Mas, mesmo sendo enchetiva, eu “te gosto”. Por isso desejo que sejas muito feliz.*  
*Mara.*

Finalmente, a última das dedicatórias diz, sem meias palavras:

*Parceira*  
*A instrução feminina não deve ser levada “muito em conta” pois muita instrução termina por desilusão*  
*Ana Carolina*  
*30/3/66*

Publicado no ano de 1962, o referido livro, de autoria de Leda Maria Pereira Rodrigues, nome civil da religiosa Madre Maria Ângela, da Congregação das Cônegas Regulares de Santo Agostinho, é uma tese de concurso, elaborada para provimento da cátedra de História do Brasil da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do país, com sede na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São ambos, o livro e sua autora,

pioneiros. Se, na década de 1960, eram tão escassos, que quase passíveis de enumeração, os trabalhos sobre a história geral da educação no Brasil,<sup>1</sup> ainda mais raros eram os que se detinham em abordar o tema da educação ou instrução feminina, como se pode constatar pela simples leitura da bibliografia referida ao final da obra de Madre Maria Ângela. É a mesma bibliografia que também confirma o que se poderia esperar, relativamente à década de 1960, quanto à presença feminina: pouquíssimas são as mulheres ali referidas como autoras de livros ou artigos sobre o tema em questão ou mesmo sobre temas afins.

Ser uma mulher religiosa e candidata a uma cátedra, na década de 1960, em instituição católica de ensino superior a autora de uma das primeiras obras da historiografia brasileira dedicadas ao tema da instrução feminina não é, contudo, algo que necessariamente deva surpreender: os espaços religiosos foram, desde o período colonial, agências privilegiadas na história do letramento feminino – Madre Maria Ângela debruçava-se, pois, sobre uma história que não lhe era estranha; além disso, está-se tratando da década de 1960, momento a partir do qual o ingresso de mulheres de uma classe média urbana nas instituições universitárias brasileiras deixará de ser ocasional, assim como já o deixara de ser, na década anterior, no ensino secundário.

No exemplar do livro que pertenceu à supostamente jovem *Marilu*, nas dedicatórias que lhe foram feitas, no ano de 1966, pelas suas também supostamente jovens amigas *Ana, Vera, Mara e Ana Carolina*, revelam-se os sentimentos e aspirações conflitantes daquela primeira geração de mulheres urbanas brasileiras a ingressar, de modo mais pleno, em espaços laicos do mundo da cultura letrada que, até então, lhes eram quase inacessíveis: era preciso ter instrução, compravam livros, liam-nos ou eram instigadas a lê-los para instruir-se, mas, talvez, ainda temerosas das desilusões que lhes pudessem advir do seu progressivo afastamento quer da esfera doméstica, quer da esfera religiosa.

Durante todo o período colonial brasileiro, a ação dos poderes públicos, no que concerne à educação feminina, foi quase inexistente, o que, de resto, não é uma característica particular do Brasil. Somente a partir do ano de 1827 é que as meninas – as livres – passaram a ter acesso à instrução elementar pública, ingressando, parcimoniosamente, nas chamadas escolas de primeiras letras. Este quadro poucas alterações sofrerá nos anos subsequentes do governo imperial.

---

1 No *Prefácio* ao livro da Madre Maria Ângela, escrito pelo historiador Hélio Vianna, o orientador da tese, lê-se (p. 6): “Pouco numerosos são, na historiografia brasileira, os trabalhos relativos à evolução da educação no país. Uma tentativa fez em 1900 José Verissimo, por ocasião das comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil, escrevendo útil memória sobre *A Instrução Pública*, nos quatro primeiros séculos de nossa História. Outra sobre o mesmo tema, por ocasião do centenário de nossa Independência política, em 1922, escreveu M. P. de Oliveira Santos, como capítulo do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, então editado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nós mesmos em 1934 publicamos na revista carioca *A Ordem* uma “Síntese de uma História da Educação no Brasil”, no ano seguinte incluída em nosso primeiro livro – *Formação Brasileira*. Tendo objetivos mais extensos, como indica o próprio título, a ela não pode se dedicar mais profundamente o Professor Fernando de Azevedo, em sua notável obra *A Cultura Brasileira*, de 1943.”

Segundo Haidar (2008):

Além das poucas escolas normais,<sup>2</sup> que, de resto, em sua maioria, não ultrapassavam o nível primário superior, e dos seminários de educandas, mais preocupados com a educação doméstica do que com a instrução das órfãs desvalidas, só se criaram, por iniciativa do Governo Central ou das administrações provinciais, escolas destinadas a oferecer a crianças do sexo feminino o ensino da religião, das primeiras letras, dos rudimentos do cálculo e das prendas domésticas. [...] a educação das jovens de boa família, ainda nos primeiros tempos do Império, se [realizou] fundamentalmente no aconchego das vivendas citadinas ou nas casas grandes das fazendas sob a orientação dos pais e dos preceptores. (p. 211-212) [...] dificilmente se poderia encontrar no Brasil de meados do século XIX alguém que defendesse a idéia de fazê-la[s] letrada[s]. As vozes mais ousadas limitavam-se a reivindicar-lhe[s] a formação intelectual necessária para o cabal cumprimento da dupla missão de esposa e mãe.

E afirma ainda a mesma historiadora:

Aos colégios particulares foi [...] inteiramente confiada, no Império, a tarefa de promover a instrução secundária para o sexo feminino.

Sem dúvida, o acesso às instituições particulares que promoviam o ensino secundário no Brasil imperial esteve restrito a uma pequeníssima parcela da população feminina. O quadro traçado pelo deputado Cunha Leitão, em seu pronunciamento na Câmara dos Deputados, na sessão do dia 25 de maio de 1875, revela que, mesmo na Corte, o alto grau de analfabetismo era a tônica, não apenas entre as mulheres, mas também entre os homens:

Na população geral, de entre os homens, são analfabetos 68.716, sabem ler e escrever 65.164. Por conseguinte, vê-se que pouco mais da metade não sabe ler nem escrever. De entre as mulheres: sabem ler 33.992; são analfabetas 58.161. Muito mais da metade. Este é o resultado da estatística sobre a população maior da idade escolar. Agora vamos ver a população escolar e a frequência que as escolas apresentam. Dos meninos de seis a quinze anos só freqüentam as escolas 5.788; e não freqüentam 16.449. Vê V. Exa. que, ao que a população geral apresenta uma proporção de quase metade dos que sabem ler e escrever sobre os analfabetos, a população escolar apresenta uma diferença muito maior, uma terça parte, apenas, que freqüenta as escolas sobre dois terços que se conservam em plena ignorância. No sexo feminino a desproporção é ainda maior; freqüentam as escolas 4.258 meninas, não vão a elas 15.009. Por conseguinte, mais do triplo; muito mais de duas terças partes das meninas de seis a quinze deixam de freqüentar as escolas.<sup>3</sup>

Destaque-se, relativamente ao pronunciamento do deputado, o fato de apenas ter considerado a população livre da Corte. O primeiro censo oficial brasileiro, realizado três anos antes, em 1872, revelava que o analfabetismo atingia 99.9% da população escrava do país, 80% dos homens livres e 86% das mulheres livres.

2 Nas províncias brasileiras, as Escolas Normais foram criadas a partir do adendo constitucional de 1834, que descentralizou o ensino secundário. Tal adendo é considerado um marco na história do ensino brasileiro, por ter dado início à alteração do ensino secundário, até então fragmentado em aulas avulsas, à moda das aulas régias, instituídas, no século XVIII, com as reformas pombalinas. Na Corte, a instalação da Escola Normal data de 1880.

3 *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1875, t. 1, Apêndice, sessão em 25 de maio de 1875, p. 223 *apud* HAIDAR, 2008, p. 216.

Para a conclusão deste quadro sinótico da história da educação feminina no Brasil até o fim do período imperial, resta mencionar ainda que, no ano de 1879, se promove a Reforma Leôncio de Carvalho, e Dom Pedro II assina o Decreto 7.247 de 19 de abril, que conferia à mulher a liberdade e o direito de frequentar os cursos das faculdades e obter títulos acadêmicos.

## **2 O papel dos recolhimentos e conventos no letramento de mulheres**

Dentre as diversas formas de sociabilidade religiosa que se institucionalizaram na América portuguesa, as irmandades, para o caso dos negros (escravos, livres ou libertos), e os recolhimentos e conventos, para o caso das mulheres, despontam como espaços privilegiados, em que lhes foi possível transpor as barreiras que os impediam de aprender a ler e escrever.

O quadro abaixo, extraído, com adaptações de Algranti (2004, p. 34-35), apresenta o conjunto de instituições religiosas femininas – recolhimentos ou conventos – fundado no Brasil no período que dista entre o final do século XVI e o início do século XIX:

**Quadro 1**

FUNDAÇÃO	INSTITUIÇÃO	LOCAL	MUDANÇA	ORDEM	ESTATUTOS
final XVI	Recolhimento N. S. da Conceição	Olinda		Inst. Leiga	
1677-1678	<b>Convento S. Clara do Desterro</b>	Salvador		Franciscana	1726
1686-1687	Recolhimento S. Teresa	São Paulo	<b>Convento XIX</b>	Carmelita	1748
1714-1716	Recolhimento N. S. da Conceição das Macaúbas	Minas Gerais	<b>Colégio 1846; Convento XX</b>	Concepcionista	1761
1716	Recolhimento S. Casa de Misericórdia	Salvador		Inst. Leiga	
1710-1720	Recolhimento Bom Jesus dos Perdões	Bahia			1723
1733	<b>Convento N. S. da Lapa</b>	Salvador		Concepcionista	
1735	<b>Convento N. S. das Mercês</b>	Salvador		Ursulina	
1739	Recolhimento S. Casa de Misericórdia	Rio de Janeiro		Inst. Leiga	1740
1739	Recolhimento Sagrado Coração de Jesus da Soledade	Salvador	<b>Convento 1742-1743</b>	Ursulina	
1ª met. XVIII	Recolhimento Sagrado Coração de Jesus	Iguaçu (PE)			
1742	Recolhimento S. Teresa	Rio de Janeiro	<b>Convento 1781</b>	Carmelita	
1749	<b>Convento N. S. da Conceição da Ajuda</b>	Rio de Janeiro		Concepcionista	
1752	Recolhimento Sagrado Coração	São Luís			
1754	Recolhimento do Parto	Rio de Janeiro		Inst. Leiga	
1753-1754	Recolhimento Vale das Lágrimas	Minas Gerais		Inst. Leiga	
1759-1761	Recolhimento S. Raimundo Nonato e S. Madalena	Salvador			1761
1764	Recolhimento Itaipu	Niterói		Inst. Leiga	
1773-1774	Recolhimento Divina Providência	São Paulo	<b>Convento 1929</b>	Concepcionista	1788
2ª met. XVIII	Recolhimento de órfãs	Tejuco (MG)		Inst. Leiga	
final XVIII	Recolhimento N. S. da Glória	Olinda		Inst. Educativa	1798
1810-1811	Recolhimento S. Clara	Sorocaba			
1819	Recolhimento de Itu	Itu			

Como se vê, ao longo de todo o período colonial, houve apenas seis conventos no Brasil: dois no Rio de Janeiro e quatro na Bahia.

Todos – exceto o Convento de Santa Clara do Desterro, em Salvador, cuja fundação data do ano de 1667 – surgiram apenas no século XVIII. A fundação do Convento de Santa Clara do Desterro veio atender aos apelos da elite da então capital da Colônia, que, através do Senado da Câmara, já desde o ano de 1646, fazia gestões junto ao rei de Portugal e a seus conselheiros, para que se construísse um convento feminino em terras brasileiras, evitando-se, deste modo, ter de mandar suas filhas para os conventos de Portugal ou das ilhas (cf. NASCIMENTO, 1994). Estranhamente, pois o mesmo não se observou

para todos os espaços do império lusitano, a política da Coroa portuguesa foi, sempre que possível, a de dificultar a fundação de conventos femininos no Brasil.<sup>4</sup>

Assim, não havendo ou sendo raros os conventos para a profissão dos votos solenes, fundaram-se, na América portuguesa, recolhimentos de caráter religioso, muitas vezes com o intuito de que, posteriormente, viessem a transformar-se em conventos, o que, de fato, apenas uma vez se concretizou. Para além da sua função de espaço propriamente devocional, ou seja, de acolher mulheres devotas, que, de forma voluntária ou involuntária, seguiriam uma vida religiosa, a fundação dos recolhimentos visou ainda a atender outras demandas: abrigar mulheres órfãs, abrigar mulheres desonradas, decaídas e arrependidas e também funcionar como educandários. Algranti (2004, p. 41) destaca, porém, o caráter misto dessas instituições:

[...] tanto na Metrópole, quanto na Colônia, esse perfil específico que se procurava imprimir às instituições no momento da fundação logo se atenuava e as casas assumiam muitas vezes um caráter misto, com funções assistenciais, religiosas e educativas, nas quais conviviam mulheres de condições distintas enclausuradas por motivos diferentes. Essa multiplicidade de funções é mais acentuada na América portuguesa, onde existiam poucos recolhimentos femininos e falta de vagas.

Voltando ao ponto inicialmente referido de terem sido os recolhimentos e conventos um dos poucos espaços em que as mulheres, no Brasil colonial, transpuseram as barreiras que as impediam de aprender a ler e escrever, deve-se observar que dois tipos de escrita se desenvolveram nos claustros femininos: uma escritura *doméstica ou institucional* e de caráter pragmático, tendo em vista a administração da casa, e uma escritura de *foro íntimo e privada*, como as correspondências particulares ou os escritos de consciência aos confessores e ainda as autobiografias ou biografias, que tanto podiam ser escritas pelas próprias enclausuradas, como também por seus clérigos condutores.

A ex-escrava africana *Rosa Maria Egpcíaca da Vera Cruz*, personagem cuja produção escrita se abordará mais adiante, reunia em si todos os elementos que favoreciam a entrada das mulheres nos recolhimentos ou conventos: era órfã, era uma desonrada, porque ex-prostituta, arrependeu-se das suas faltas e tornou-se uma devota das mais fervorosas. Antes, porém, de se tratar de *Rosa*, vale a pena voltar os olhos para os possíveis caminhos através dos quais os escravos poderiam ganhar o passaporte para o seletíssimo grupo dos que ingressaram no mundo das letras.

---

4 Sobre este aspecto, observa Algranti (2004): “[Isto] causa estranheza, especialmente se levarmos em conta que Portugal era um país extremamente católico e com vasta experiência de vida religiosa contemplativa feminina. Mais intrigante se torna o fato ao constatarmos que havia um convento em Goa desde o século XVII, vários nos Açores e dois conventos de clarissas na Ilha da Madeira.”



## 3 Os favorecidos entre os desfavorecidos

### 3.1 Alfabetização e letramento de escravos

Oliveira (2006) reuniu, através de indícios, três vias que explicariam, talvez, o porquê de o analfabetismo não se ter feito presente em 100% da população escrava. São elas:

- as relações afetuosas dos escravos com a família senhorial;
- a especialização de certas profissões, que exigiam algum conhecimento de leitura, escrita e contagem;
- a representação positiva da alfabetização entre negros e o papel das irmandades negras.

Neste trabalho, apenas se enfocarão as relações afetuosas dos escravos com os senhores e, mais brevemente, o papel das irmandades negras.

Reconstruir a história das relações afetuosas entre escravos e seus donos é algo penoso, uma vez que essas relações, estabelecidas dentro dos casarios, quase nunca deixaram registros. Os estudos de história social, entretanto, parecem deixar claro que as relações mais ‘afetuosas’ entre os escravos e as famílias dos senhores tinham mais chances de se estreitar com os chamados *escravos domésticos*, ou seja, aqueles que ocupavam lugares de trabalho dentro dos domicílios. Tais relações seriam mais raras com os *escravos urbanos*, uma vez que viviam a trabalhar nas ruas, apenas repassando a seu dono o ganho obtido, e também com os *escravos rurais*, porque as atividades agrícolas não possibilitavam contatos mais diretos entre eles e os senhores. Desse modo, dos grupos de escravos mencionados – *os domésticos*, *os urbanos* e *os rurais* –, foram os primeiros, talvez, os mais prováveis a estabelecer relações para além de trabalhistas com a família do senhor; porém, mesmo os que se denominam como escravos domésticos não podem ser considerados como um todo homogêneo. Guarde-se que, apesar de estarem todos na esfera do labor doméstico, havia cargos, por assim dizer, mais nobres que outros. Explicando melhor: dentro do mesmo espaço de convívio, um carregador de dejetos não tinha o mesmo ‘prestígio’ que uma mucama ou um escravo tido como ‘braço direito’ de um senhor. Portanto, não será desarrazoado considerar que alguns postos possibilitariam um contato mais afetivo com a família senhorial e, conseqüentemente, que a seus ocupantes fosse, por causa disso, facultada a oportunidade de alfabetização, mesmo que rudimentar.

Anna Ribeiro de Goes Bittencourt (1992, v. 1, p. 33) conta que, em sua casa, aliado ao trabalho desempenhado pelas escravas, sua mãe contava-lhes histórias para motivá-las no labor: “Minha mãe falava-lhes benevolmente, muitas vezes contando-lhes histórias, quase sempre tiradas da Bíblia, em que era muito versada.”

De sua parte, esse ato despertava nas escravas a vontade de ouvi-las frequentemente:

...chamando eu, em certa ocasião, uma ex-escrava, há muito alforriada, para auxiliar as criadas de casa em um trabalho a que eu assistia, disse-me ela:  
- Porque vossemincê não conta uma história, como fazia Iaiá quando cosiam ao pé dela? Assim a gente não tinha sono nem preguiça de costurar.  
- E você lembra-se dessas histórias? Perguntei-lhe.  
- Ora se me lembro! Era a história de José de Egito, de Jó e outras, todas muito bonitas.  
E, fazendo-lhe algumas perguntas, vi não só que as guardava de memória, porém que as havia bem compreendido. (BITTENCOURT, 1992, v. 2, p. 33-34)

Despertado o desejo pela leitura, teria este se estendido para o escrever e ler por conta própria? E, se assim o fosse, a 'bondosa' mãe da escritora, tão afeiçãoada a seus escravos e, em consequência, muito repreendida por isso, respaldaria esses anseios? Nas suas memórias, Anna Ribeiro de Goes Bittencourt (1992) não deixa pistas sobre o assunto. De qualquer modo, narra um episódio em que fica claro o peso da afeição por escravos que se alfabetizaram na Bahia do século XIX:

Como eu apresentasse sensível melhora na vista, escreveu minha mãe um alfabeto com letras grandes e bem vivas para ensinar. Uma mulatinha de minha idade, destinada a ser minha ama de quarto, foi minha companheira de estudo por julgarem que assim eu não me aborreceria. Lembro-me dela com saudades; chamava-se Felicidade e morreu aos dez anos. Muito afeiçãoada a mim, era, apesar da raça africana, que tinha já muito longe, mais branca do que eu e até loura. Um dos luxos das moças ricas daquele tempo era ter uma criada de quarto de cor branca. (v. 2, p. 69-70)

Se se considerar que a população brasileira, em sua maioria, estava, naquela altura dos acontecimentos narrados pela escritora – 1853 –, mergulhada no analfabetismo, ser alfabetizada, sem dúvida, é que foi um luxo para *Felicidade*. E para tal, não concorreu apenas a afeição que a sua ama lhe tinha, mas também o distanciamento dos traços que pudessem lembrar a sua origem africana.

Outro exemplo que parece demonstrar que o fator afeição poderia render ao escravo o ingresso no mundo das letras é inferido de um trecho do relatório do subdelegado de polícia, que acompanha a carta do escravo *Timóteo*, que se suicida na Salvador do ano de 1861:<sup>5</sup>

Passando a correr se lhe a roupa com que viera da rua, achou-se o bilhete, que remetto, e que prova que o suicídio estava premeditado a muito tempo por que tendo elle sido criado em casa dos Senhores com alguma liberdade, tendo até aprendido a ler, e devendo em praça publica tendo hoje a ultima, entendeo não dever passar á outro senhores.

A palavra liberdade, no contexto em que está sendo usada, poderia significar, talvez, algum afrouxamento da condição escrava, o que teria facultado a *Timóteo* a habilidade da leitura e da escrita. O subdelegado parece querer enfatizar que não se trata de um cativo como outros quaisquer, uma vez que ressalta ter sido ele criado na intimidade dos seus senhores.

5 Arquivo Público de Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, correspondências recebidas de subdelegados, maço 6234, 1861.

Há ainda pistas de que o letramento encontrasse valor positivo dentro de irmandades negras, tão comuns ao Brasil colonial e pós-colonial. As *confrarias*, nome alternativo a *irmandades*, remontam às corporações de artes e ofícios medievais. Eram subdividas em irmandades e ordens terceiras, que tinham como característica maior o controle social e religioso dos seus membros. Nas irmandades, indivíduos se congregavam para promover a devoção a um santo, manifestada por cultos e realizações de festas. No Brasil colonial, às confrarias, introduzidas por iniciativa do governo português, foi atribuída a tarefa de catequizar as populações, por conseguinte, “a aprovação dos compromissos, com o elenco dos direitos e deveres de seus membros, era, no período colonial, da competência do Rei de Portugal, como Grão-Mestre da Ordem de Cristo” (OLIVEIRA, 1988, p. 80).

Reis (1997, p. 12) adverte que “os estatutos das confrarias, chamados compromissos, e outros documentos constituem uma das poucas fontes históricas da era escravocrata escritas por negros ou pelo menos como expressão da sua vontade. As irmandades, aliás, produziram muita escrita”.

Em época em que o analfabetismo era quase que geral entre a população negra, não deixa de ser surpreendente a afirmação do historiador. Entretanto, ainda consoante o autor, nem sempre foi assim. Houve época em que a escrita dentro das irmandades negras era produzida por brancos que procuravam delas participar como estratégia de controle, embora, algumas vezes, até o fizessem por devoção sincera. Os negros aceitavam a participação dos brancos por diversos motivos: para que cuidassem dos livros era um deles, uma vez que não tinham instrução para escrever e contar e certos cargos, como o de escrivão e tesoureiro, por exemplo, exigiam as referidas habilidades. Aceitavam ainda os integrantes das irmandades negras a participação de brancos para receberem doações generosas, haja vista não poderem sustentá-las, ou ainda por imposição. Assim, a presença de brancos em irmandades negras foi constante em todo Brasil. Em fins do século XVIII, porém, a situação começava a ser outra.

Um caso delicioso, ilustrado por Reis (1997), aconteceu na Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco, irmandade negra das mais populares e antigas da cidade de Salvador que abrigava libertos e escravos. Em 1789, os seus irmãos – assim se chamavam os membros dessas instituições – enviam à Coroa portuguesa um pedido de permissão para reformar o compromisso de 1730, propondo excluir os brancos dos cargos de escrivão e tesoureiro. Na argumentação, diziam os irmãos que, em 1730, não havia negros letrados, mas àquela altura, em 1789, “a iluminação do século [nos] tem feito inteligentes da escrituração e contadoria” (REIS, 1997, p. 22).

Observe-se que, para a procura de indícios sobre alfabetização de escravos, esse dado é de extrema relevância. Não pode passar despercebido o fato de que negros escrevem de próprio punho e que a *iluminação do século* os tem feito inteligentes da escrituração e da contadoria. Instigante é saber o que estaria por trás da expressão *iluminação do século*. De qualquer sorte, o dado de que, em 1730, não havia negros letrados e de que, em espaço

de 59 anos, já havia notícia deles leva à indagação do que teria se passado nesse período para que isso tenha ocorrido.

A história continua: os brancos que ocupavam os cargos de escrivão e tesoureiro na dita irmandade refutaram e também escreveram à Coroa, dizendo que não ocupavam esses cargos apenas em função da inabilidade dos negros com a escrita, por serem ignorantes nessa arte, mas porque, em sua maioria, eram homens que ainda viviam sob o cativeiro e, por essa razão, incapazes de terem fé pública. Veja-se que o argumento principal se centra no fato de haver, naquela irmandade, negros que ainda viviam como escravos e, assim, não tinham fé pública e não no fato de não saberem ler, nem escrever, nem contar; pelo contrário, admitiram os brancos que alguns dominavam essas habilidades, mesmo que barbaramente. Mentiram os brancos, entretanto, quando escreveram que em todas as irmandades negras da Bahia as contas e os escritos estavam nas mãos de seus pares. Os irmãos da Irmandade de São Benedito não se intimidaram e, novamente, em outro pedido, listam 12 irmandades negras em Salvador em que os cargos de escrivão e tesoureiro eram ocupados por irmãos pretos, que exerciam seus empregos com manifesto zelo e louvor. Final da história: a rainha Dona Maria pede ao governador Dom Fernando José de Portugal parecer sobre o assunto. Este verificou ser verdadeiro o que diziam os irmãos da Irmandade de São Benedito e o pedido foi aceito. A partir de então, os negros dessa irmandade passaram a ocupar todos os cargos, inclusive os de escrivão e tesoureiro.

O que teria acontecido para que, em 1789, final do século XVIII, 12 irmandades tivessem em cargos importantes, como o de escrivão e tesoureiro, negros à frente? Não pode ser descartada a hipótese de que a *iluminação do século* fosse, talvez, propagada dentro das próprias irmandades. Dito de outro modo, já se cogitou que a escrita e a leitura tinham representação positiva entre os negros, o que os levaria a incentivar seu aprendizado, como ocorreu no lugarejo de Santana, segundo testemunhou o cônsul William Pennel. Talvez, nas irmandades negras, as condições para esse incentivo fossem favorecidas, possibilitando a consciência de que se alfabetizar era um índice para se ter alguma voz dentro da sociedade branca. Observe-se que, não podendo frequentar escolas e levando-se em consideração o fato de que as irmandades eram micro-comunidades em que a ajuda mútua era a mola propulsora das relações ali estabelecidas, a hipótese de que essa comunhão se estendesse ao alfabetizar-se é bem-vinda. Assim como irmãos negros se ajudavam na doença, nos enterramentos, na compra de alforria ou para si ou para membros e parentes próximos ainda mantidos no cativeiro, poderiam também “iluminar-se” conjuntamente na escrita e na leitura. E, como as irmandades negras eram constituídas também por escravos, seria esse, talvez, mais um possível caminho para que adquirissem essas habilidades.

O caso particular de que se tratará a seguir é o da africana *Rosa*, cuja singularidade é marcada pelo fato de ser mulher, africana, ex-escrava, ex-prostituta prisioneira dos cárceres da Inquisição portuguesa e, segundo o seu biógrafo Luiz Mott (1993), a primeira escritora da história afro-brasileira.

## 4 O nome dela era *Rosa*

### 4.1 Dados biográficos

Ao longo do período escravista no Brasil, indiscutivelmente os indivíduos mantidos sob o cativo fizeram com que, a seu redor, circulasse uma intensa rede de registro documental, embora se saiba que, com o fim da escravidão, muito papel foi às fogueiras, numa tentativa de apagar essa nódoa da história brasileira. Lá estavam os negros, geralmente como coisa, nos atestados de desembarque nos portos, nos registros de batizado, casamento e óbito; nas escrituras de compra, venda e hipoteca de escravos; nas cartas de alforria, nos processos criminais, nos registros de filiação em irmandades de cor, nos anúncios de negros fugidos nos jornais etc. Porém, principalmente se comparado ao que aconteceu nos Estados Unidos da América, o escravo brasileiro foi afastado dos segredos da leitura e da escrita, daí ter-se tornado célebre a seguinte afirmação da historiadora Kátia Mattoso (2001 [1982], p. 113):

A educação escolar do escravo é totalmente proibida no Brasil e os próprios forros não têm o direito de freqüentar aulas. Esta proibição será mantida durante toda a época da escravidão, mesmo durante a segunda metade do século XIX, em plena desagregação do sistema servil. Senhores e curas que resolvem ensinar a leitura e a escrita a escravos agridem as regras estabelecidas e são poucos. Eis porque o escravo brasileiro é um desconhecido, sem arquivos escritos.

No ano de 1725, chega ao porto do Rio de Janeiro, vindo da África, mais um, entre muitos, navio carregado de homens e mulheres destinados à vida em algemas. Seria, decerto, mais um desembarque. Mas esse passou para a História, porque nele estava presente uma negrinha de 6 anos, que seria batizada com o nome *Rosa*, mais tarde *Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz*. A personagem mereceu do antropólogo Luiz Mott magistral biografia, intitulada *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil*, vinda a público no ano de 1993. O que fez a menina africana para merecer volumoso livro de 749 páginas? Com a palavra, seu biógrafo:

Foi não apenas a primeira africana no Brasil, de que temos notícia, a conhecer os segredos da leitura, como também provavelmente a primeira escritora negra de toda a história, pois chegou a reunir centenas de páginas manuscritas de um edificante livro: *Sagrada Teologia do Amor de Deus, Luz Brilhante das Almas Peregrinas*, lastimavelmente queimado às vésperas de sua detenção, mas do qual restaram algumas folhas originais. Rosa Egípcíaca é também excepcional por ter sido a única mulher de cor, ex-escrava e ex-prostituta, em todo o mundo cristão, a fundar um “convento de recolhidas”, o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, cuja capela, reconstruída, existe ainda hoje no centro comercial do Rio de Janeiro.” (MOTT, 1993, p. 8).

O resumo dos feitos de *Rosa*, tal como foi anunciado, esconde nuances excepcionais de sua trajetória, sobretudo no que diz respeito à posse das letras.

Do navio, foi direto para a Rua Direita, no Rio de Janeiro, para ser vendida. Comprou-a o Senhor José de Sousa Azevedo, sob cujo poder esteve entre o arco temporal que vai de 1725, ano da sua chegada ao Brasil, a 1733. Depois de oito anos, *Rosa* terá novo dono, ou melhor, nova dona, Ana Garcês de Moraes (mãe de Frei de Santa Rita Durão), que residia em Minas Gerais, mais especificamente no Inficcionado. Será essa a sua nova morada. Em 1748, a negrinha, agora mulher, começa a cair em devaneios místicos, divinatórios, todavia, desde sua chegada às Minas até o ano mencionado, viverá *Rosa* como prostituta, mulher pública, durante 15 anos seguidos. Segundo Mott (1993, p. 42):

Essa experiência de meretriz “tratando com qualquer homem secular que a procurava” marcou profundamente a vida futura e a mística desta africana, que, mais uma vez por indicação celestial, vai incorporar a seu nome de batismo, o de Santa Maria Egípcíaca, outra prostituta santa que, como Madalena, trocou o amor dos homens pelo amor de Cristo.

É, também, no Inficcionado que *Rosa* encontra figura singular que irá contribuir para a sua passagem de meretriz a santa: trata-se do Padre Francisco Gonçalves Lopes, conhecido, por causa de sua atividade de exorcizador, pelo nome de Xota-Diabos. Será ele seu anjo da guarda; com 54 anos, quando fortuitamente se deparou com *Rosa*, lhe fez os primeiros exorcismos, foi quem a introduziu no caminho da santidade, sendo, portanto, seu primeiro devoto e confessor. Como seu proprietário, deu-lhe a carta de alforria. Tempos depois, já no Rio de Janeiro, foi o capelão do Recolhimento da já também *Madre Rosa* e o grande divulgador de seus poderes e predestinação celestial.

Laços fortíssimos de amizade, que só foram desfeitos pelo Tribunal do Santo Ofício, se estabeleceram também entre *Rosa* e a família Arvelos, capitaneada pelo patriarca Pedro Rodrigues Arvelos, que, com sua mulher e filhos, residia no distrito de Santa Rita, termo da vila de São José do Rio das Mortes, hoje cidade de Tiradentes. Nem rico, nem pobre, possuía fazenda de engenho, capoeiras, matas virgens, gado e alguma escravaria. Como alerta Mott (1993, p. 87), “devia ser um médio proprietário, dos muitos portugueses que no primeiro quartel dos setecentos fixou residência nas montanhas auríferas”. Mas uma filha de Pedro Rodrigues Arvelos, Maria Teresa do Sacramento, merece destaque, primeiro porque será a primeira regente do Recolhimento fundado pela negra e, depois, por guiar *Rosa* na decifração da leitura e da escrita. Além disso, enquanto a africana não apreendia essas habilidades, era ela quem anotava suas revelações e fazia-lhe as cartas, razão por que algumas testemunhas, perante o Santo Ofício, diziam ser Maria Teresa do Sacramento “secretária de *Rosa*”.

Acreditando possuir poderes sobrenaturais e que através dela se manifestavam vozes divinas, *Rosa* e seu confessor e condutor espiritual, o Padre Xota-Diabos, retornam, em 19 de março de 1751, ao Rio de Janeiro. Entre as diversas manifestações pela negra exteriorizadas, esta é digna de nota:

Oito dias depois [da revelação anterior], andando ela com uma crioula [Leandra] varrendo a Igreja de São João Batista, viu no centro da cruz um pombo branco, muito fermoso, com

os pés vermelhos, unhas e bico tão luzídios que pareciam de ferro, e o dito pombo lhe disse as palavras seguintes: 'Haveis de aprender a ler e escrever, que quero fazer um ninho no teu peito.' E, chamando ela pela crioula para que visse o dito pássaro, este desapareceu. (MOTT, 1993, p. 79)

A africana, após receber do pombo a orientação de que deveria se dedicar ao aprendizado das letras, fê-lo com afinco incomum, porque, segundo Mott (1993, p. 80):

Ela se dá conta de que se aprender a ler terá a chave dos mistérios divinos, poderá mergulhar na própria fonte da revelação católica e por conta própria aprender orações, ladainhas e dogmas [a] que até então só tinha acesso *ex auditu*, através do ouvido, quer nos sermões dominicais, quer nos conselhos particulares que lhe davam os sacerdotes. Rosa cumprirá a determinação da "Divina Pombinha": aprenderá a ler e a escrever.

E tal dedicação deu o que falar. *Rosa* se tornará grande escritora, sempre incentivada pelo seu novo diretor espiritual nos primeiros cinco anos no Rio de Janeiro, o Frei Agostinho de São José, já que o anterior, o Padre Xota-Diabos, retornara às Minas no ano seguinte, o de 1752. Em carta de 13 de janeiro de 1757 dirigida aos Arvelos, o Padre Xota-Diabos dirá: "Rosa vive escrevendo e nem tem tempo de rezar – tudo permitido por seu pai espiritual" (MOTT, 1993, p. 252); ou seja, Frei Agostinho de São José, além de alimentar a imaginação mística da africana, como era comum aos condutores espirituais, colocava, ao mesmo tempo, a necessidade de seu registro em papel. Assim, supõe Mott (1993, p. 475) que, "além da cama, mesa e algumas cadeiras, existia ainda na cela da fundadora [do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto] um oratório com o Menino Jesus e uma lâmina de Santo Antônio na parede. Papel, penas de escrever e tinta não deviam faltar na sua mesa, na qual, quase diariamente, escrevia ou ditava às escribas seus colóquios espirituais". E assim seguia a suposta santa, repartindo o seu tempo entre o aprendizado da leitura e da escrita e marcando a sua presença em exercícios pios, missas solenes, vias-sacras, procissões, tríduos e novenas, tudo isso consumindo da beata infindáveis horas diárias.

*Rosa* narra ao Santo Ofício mais um dos seus devaneios, desta vez ocorrido em fins de 1751:

Estando nesta cidade em casa de Maria Pina, moradora defronte da Igreja de Santa Rita, ouviu uma voz que lhe dizia que aprendesse a ler e escrever, a qual voz tinha já ouvido por duas vezes nas Minas, porque só sabia ler letra redonda." (MOTT, 1993, p. 248)

Ou seja: a africana sabia, já àquela altura, ler letra de imprensa, embora não soubesse ainda escrever e entender letra estampada à mão. Quem a teria iniciado na posse das letras? Longas, porém cabíveis para responder ao que se pede, as palavras do notário do Santo Ofício:

Estando a escrever a Ave-Maria, ao chegar nas palavras 'rogai por nós pecadores', sentiu um impulso grande no braço da mão que tinha a pena, e lhe suspenderam com violência e com a mesma violência lhe viraram o rosto para um quadro de Nossa Senhora da Pie-

dade que estava na mesma casa, e desta Senhora lhe saíram vozes que diziam escrevesse ao Padre João Ferreira de Carvalho, morador nas Minas do Rio das Mortes, para que lhe mandasse uma esmola para comprar umas casas em que ela ré morasse com as pecadoras que nos confessionários diziam tinham ofendido a Deus por não terem casas para morar, com o que veio da mesma Senhora outra voz, que repetisse o Credo, e, acabado, lhe veio da mesma Senhora outra voz, que repetisse e assim lhe mandou tanto que acabava, de sorte que rezou esta oração seis vezes, e sempre com o braço suspenso, sem o poder levantar, e lhe tornou a mesma Senhora a dizer que escrevesse ao Padre e lhe dissesse o que ela tinha mandado, e que desse também parte disso a seu confessor, com cujas palavras ficou ela ré certificada de que era a mesma Senhora a que falava, e sem ter disto dúvida. Aí lhe pediu que deixasse ficar o seu braço no seu ser natural, e assim logo sucedeu, e foi dar parte ao dito seu confessor, o qual lhe disse que escrevesse ao Padre João Ferreira da mesma sorte que a Senhora lhe mandava. E como ela, ré depoente, não sabia ainda bem escrever, rogou a José Gomes, que era seu mestre que a ensinava a ler, que escrevesse a carta, que com efeito escreveu, e mandou para as Minas ao mesmo Padre. (MOTT, 1993, p. 256)

No depoimento, observam-se o embrião da construção do futuro Recolhimento do Parto – uma possível doação do Padre João Ferreira de Carvalho –, bem como a preciosa informação de que José Gomes era, naquele momento, o professor de *Rosa*, o seu primeiro mestre durante o período de um ano e meio, que apresenta, consoante Mott (1993, p. 262), além de boa redação, estilo razoavelmente erudito. Passado José Gomes, assume a função de continuar o letramento da africana a já referida Maria Teresa do Sacramento, futura regente do Recolhimento. Teve *Rosa*, portanto, dois mestres e, de fato, se apropriou das letras. A negra africana, inclusive, quando escreveu de próprio punho a sua primeira missiva, quis fazer com que o acontecimento não passasse em branco<sup>6</sup>:

**fl. 56r**

Meu Snr Po Roiz Arvelos

Estas faço pa saber da saude de vmce a ql estimarei seja [...] perfeita em compa de minha snra Ma Thereza de Jezus, e de minhas snras mossas todas, e de toda a mais obri-gação de Caza dezejando, q lhe asista aquella felis saude e- em compa do snr Menino Ds da Prociunculla. A minha q me assiste, como he agrado de Ds, he bóa e offereço ao dispor- do servisso de vmce; e de minha Snra **Esta faço só por dar a vmce gosto de ver as minhas Letras pa vmce se rir hū bucadinho e mais toda a caza.** vmce me mandou dizer, q lá não- faltavão novidades; mas q não fiava do papel não pois eu desejo saber, que pa comêdar a Ds os niegocios tãm inimportantes não se desconfia do papel, e asim podeme vmce mandar dizer se hé q não desconfia de mim, q novidades são; pois me offereço pa pedir aos servos de Ds q peção a Ds por isso

6 Os autores agradecem à Professora Doutora Rita Marquilhas, da Universidade de Lisboa, a extrema solicitude de ter transcrito as cartas de *Rosa*, quando ainda estavam em restauro e não disponíveis para consulta, tornando possível, assim, a realização deste trabalho. Toda a produção epistolar de que trata este texto se encontra preservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.



huns no sacraficio da Missa, outros na oração mental,  
pa q Ds ponha os olhos de piedade nesses negocios, a meu-  
Snr Pe Franco glz Lopes, se o vir q bote a benção a esta  
sua escrava q não lhe escrevo porq já vejo q as minhas letras  
não tem efficacia no amor de Ds pa com elle, por isso antão já  
deixo as couzas correr por conta de Ds, se o vir deille

**fl. 56v**

minhas lembrças, e não posso emcarecer as saudes q delle  
tenho mais Ds se lember de nóz todos, e vmce me dara tambẽ  
mtas saudades a minha snra, e as snras mossas, e minha companheira  
e ao snr Anto Tavares; diga a todos q emcommendem o negocio  
a Ds, e não se esqueção de mim q eu não me esqueço delles  
com isto não serve demais;  
Ds gde avmce ms anns  
Rio de Janro

Desta sua escrava, q mto lhe ama, e quer.

Roza Maria Egyciaça da vera crus

Novidades, q encomende O Reino de França a Ds

pa q a herezia não dure nelle mto tempo: porq segundo as novas, o  
Rei está do seu Pallacio e os hereges estão governando e asim  
sera grande pena de nos christãos verem ultrajaremse as ima-  
gens de Maria Santissima; ainda o mesmo Santissimo Sacramto  
no sacrario, e asim peção a Ds por isto Rio de Janro de 1752 ad  
em 15 de Novbro

De certa feita, porém, disse o Padre Xota-Diabos que *Rosa*, apesar de ter mestre, nunca conseguiu aprender a ler e mal sabia escrever; sem problemas, no entanto, pois com Nossa Senhora aconteceu a mesma coisa. Mott (1993, p. 250) arrisca uma descrição sobre o produto gráfico saído das mãos da africana:

Conforme podemos deduzir a partir de sua escritura, Rosa nunca chegou a dominar satisfatoriamente os segredos do alfabeto: possuía caligrafia irregular e infantil, tendo de fazer pautas a lápis, no papel, para não escrever torto. Até assinando seu nome, perdia o prumo, escrevendo Rosa no alto, e Maria mais abaixo. Foi a lisboeta Maria Teresa do Sacramento, a regente do Recolhimento do Parto, quem ensinou a vidente a escrever, e, de fato, há muita semelhança entre a caligrafia, também primitiva, da portuguesa e a de sua pupila, carecendo igualmente a mestra pautar a lápis as folhas em que escrevia a fim de manter a linha reta.

Acreditando-se ser sincera a descrição oferecida pelo antropólogo, *Rosa* e sua mestra possuíam mãos inábeis, termo fixado por Marquilhas (2000) na literatura sobre a história da escrita. De qualquer sorte, a africana parece ter escrito muito, mas, infelizmente, de seu próprio punho sobreviveram apenas uma carta de 15 de novembro de 1752, destinada a

Pedro Rodrigues Arvelos, e duas páginas com o relato de uma visão ocorrida em abril de 1756. Inclusive, quando rompeu com seu diretor espiritual, Frei Agostinho de São José, convencendo-se este de que era embusteira, tratou logo de queimar mais de duas resmas de papel com os escritos espirituais de *Rosa*.

Caíram *Rosa Egípcia* e seu primeiro confessor, o Padre Francisco Lopes, nas malhas da inquisição de Lisboa no ano de 1762, acusados ambos de heresia e falso misticismo. Sabe-se que entre *Rosa* e inúmeros dos seus devotos houve uma intensa e constante troca de correspondência. Tornada pública a sua prisão, quem tinha em mãos epístolas da africana tratou logo de a elas dar fim. Teve outra postura, no entanto, a família Arvelos: entregou, de vontade própria, ao comissário do Santo Ofício um pacote contendo 55 cartas enviadas do Rio de Janeiro à sua residência. 25 foram ditadas por *Rosa*, 1 foi escrita de punho próprio pela africana, 22 eram de autoria do Padre Francisco Lopes, 4 de sua filha Maria Jacinta Faustina e 3 assinadas por sua outra filha, Jacinta. Este ato de doação fez com que as missivas fossem incorporadas ao processo de *Rosa* e, sendo assim, sobreviveram e chegaram aos tempos atuais.

Dada a impossibilidade de, neste momento, se explorarem, com a exaustividade merecida, os múltiplos aspectos da escrita de *Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz*, se fará apenas menção a alguns aspectos estruturais das missivas, pondo em relevo a captação da benevolência.

## 4.2. Breve análise das cartas de *Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz*

A tradição escrita da *ars dictaminis* começou no norte da Itália, no final do século XI. Os tratados de epistolografia, as *artes dictandi*, “serão modelados a partir do discurso clássico, adaptando a tradicional divisão do discurso às peculiaridades da carta” (TIN, 2005, p. 32) Definiram-se, então, como partes constitutivas da carta a *saudação*, a *captação da benevolência*, a *narração*, a *petição* e a *conclusão*. Do conjunto analisado, destaca-se, a seguir, uma missiva da africana com a estrutura canônica:

fl. 68r

### **SAUDAÇÃO**

os Santissimos e amabilissimos Corasoins de JMJAJ sejam  
Connosco e nos aseitão  
Meu querido Snro Pedro Roiz arvelos

### **CAPTAÇÃO DA BENEVOLÊNCIA**

es  
timarei mto e mto q vmce e ma Snra e todas as Snras  
mossas estejam asestidas de hua saude tão felis  
Como eu dezejo e a Ds pesso q a ma de presente he  
he boa e tanto do agrado de Ds e pesso a vmce e a minha  
Snra em Caridade do proximo me ajude a dar grasas ao

Snro pela bondade da minha vida pois se dignou por sua emfenita piedade e misericordia fazela a sua imatasão Louvado mil milhares de vezes no seo e na terra seja ele e bendito por estes beneficios e merces pois sendo eu qual sou tão grande e tão feia e tão Carregada de Culpas e a bominasois foi Ds tão benigno Clamarme pa Companheira da sua Crus sem olhar pa qm eu sou vestirme e adorarme Com a gala da sua sagrada humanidade e dar-me a beber do Calis da sua saCratisima morte Payxão pa em tudo me ligar Comsigo e Com estas publicas testemunhas dar a emtender q o mundo e a seus Amigos e inimigos Como o seu Corasão Santicimo esta de pose do meu e vem buscar os de todos q de boa vontade lhos derem digo isto porq Como eu lhe dou o meu Corasão de toda a ma vontade sem Rezervar nada pa mim digo antão q esta de pose do meu Corasão peso a vmce q lhe pessa q se ele esta da pose do meu q o não Largue por nenhü titulo nem preso ainda q haja o q houver fique esta minha dadiva emmoveel e emRemediavel Como vg se ele quizer húa Couza e eu ou tra Como se ele quizer q eu va pa o inferno Louvalo quero hir porq só Louvalo e amalo quero pa sempre e mto dos os Lugares sobre todas as Couzas

### ***NARRAÇÃO***

hora meu Snro a

#### **fl. 68v**

the agora deilhe parte de Como paso da bondade da minha saude agora quero falar a vmce da queixa q vmce de mim tem tem Rezão e peso a vmce perdão e a ma Snra pelo amor de Ds e a queixa he por eu não Responder a vmce as suas Cartas vmce bem sabe q a oCupasão q eu tinha me não dava lugar agora ja me acho dezemprendida ja posso esCrever a vmce e a ma Snra mas filhas estão boas segundo a noticia q tenho delas athe eu me emContrar Com elas no campo da vitoria a irmã faustina he soldado e he valeroza o meu santissimo Corasão de JMJ ficoulhe mto agradecido pelo animimo varonil Com q se ofereceu a sahir junto Comigo pa a Campanha sem atender ao seu estado e a sua pe soa asim mesmo queria Custoume mto aComodala a ela e as mais ficarão todas debaicho de portesão e esparansa de q eu torne pa nos emContrarmos no Campo da vitoria Como ja disse ja sei q nas suas açoins he filha dos meus

santisimos corasoins porq Comsagrandose ele filha ma só e  
la mas de todas q Com verdade disserem sem desprezo  
nem esCarneo eu sou filha de Roza porq asim ficão  
sendo de meus senhores e portetores Como eles me perme  
tem estimo mto q o ajudase Ds a venser a sua demanda  
asim havia de ser porq vmce taobem lhe trose o q ele e  
lhe pedio ele premita Comservalas e a todas na sua devina  
grasa o meu Pe me disse q o tinhão Roubado hiso sinto  
eu mto mas hiso foi discuido de vmce deichar a Cata soó,  
taobem me dise q o seu Contrario pasara desta vida nosso  
Snro permita q fose na sua grasa agora pessolhe q qdo tiver

**fl. 69r**

tiver oCazião me esCreva e ma Snra porq

### **PETIÇÃO**

agora neçeçito

mto das suas Consolasois peso a vmce q me deite a sua ben  
sao e ma Snra e todas pa q o Snro me ajude a perigrinar  
Com a ma Crus pa os fins q ele sabe

### **CONCLUSÃO**

aseite vmce e ma Snra

mtas e mtas Lcas e saudades minhas e vmce diga a ma Snra q  
senão emfade por lhe não esCrever sempre separada pa  
sua mce porq eu na minha estimasão e fee digo q vmces  
são duas almas metidas em hü corpo soó por hiso di  
go q hũa Carta basta pa anbos de dois e ma filha fran  
cisca jozefa do sacramto he mto devota do Santissimo  
sacramento porq handa pregando seus Rezestinhos  
e Cruzinhas pelas paredes pa Rezar apestasoins e quan  
do acha seu insenso todo o seu emlejo he insensar e a  
sim peso a Ds q as fasa santas a hũa mais a outra e a  
todas as mais não falo no meu padre franco porq ele  
esCreve a vmce la esCrevi ao Snro Pe João ferreira  
vmce me dé mtas Lcas ao Snro Joze Alves q eu q lhe não  
esCrevo agora porq não poso q logo lhe heide escrever  
e qdo ele achar portador q mande bastante daquelas  
hervas Com q se fas Xari pa a Raynha aq Rapariga q  
tem estado mto doente e dis q so esa herva lhe fas  
bem e Com isto não emfado mais a vmces

a Qm Ds Gde

ms annos em seu Santo serviso

hoje 23 de janeiro

de 1738

De Vmces Escrava mto obrigadisima

Roza Maria Egyciciaca davera Crus

Obviamente nem todas apresentam a estrutura descrita como canônica. É possível, por exemplo, dentro de uma *narração*, vir difusamente a *captação da benevolência*, e nada impediu que, em algumas epístolas, se passasse direto da *saudação* para a *narração*.

Nas cartas de *Rosa*, não é a *saudação* o que mais impacta o leitor. Nota-se um grande investimento da ex-escrava, agora santa, na *captação da benevolência*, que pode ser definida como “uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário” (TIN, 2005, p. 39). De que maneira faz isto *Rosa*?

- a. De forma previsível – com a remetente desejando boa saúde aos seus destinatários, evocando a corte celestial – Jesus, Maria e José (os pais de Jesus) e Joaquim e Ana (os seus avós maternos) – ou mesmo fazendo as duas coisas simultaneamente, conforme os exemplos abaixo o demonstram:

### 1. Votos de boa saúde

Estimarei q vmce e mais a Snra Ma Thereza de Jezus passem com perfeita saude pa amparo das snras mossas como eu lhe sei dezejar A minha ao prezte he boa, seja Ds louvado, ainda q com a minha costumada molestia, q me não larga; mas de toda a sorte pa lhe obe  
descer

(Carta de 1752)

### 2. Evocação da corte celestial

Bendito e louvado seja o altissimo misterio da santissima trinda de Pe e Fo e esperito sto tres pessoas distintas hü na ensensia e trino na pessoa q por noso amor se quis outra ves vir Renaser em corasao pa nos m mostrar a lus da sua devina vontade esta se cunpra continuamte sem sesar pa hirmos a seu seguimto athe achar no canpo da vitoria q he don de ele esta sentado no trono sublimado da mão direita de Ds pe todo pode roso Rodeado de sarafins e querubins e toda a ierarquia seleste esidado [...] Ma santissima nosa serenissima sra adevogada sra sta anna no so socorro pois nas suas stas maos esta depositado todo o noso bem a todos Rogo instantemte esteja nesa nobre compa ajudando e defendendo toda a cauza q lhe pode perturbar

(Carta de 16 de setembro de 1755)

### 3. Votos de boa saúde/Evocação da corte celestial

vmces am

bos Recebão esta por sua Como Cabeças de Casal estima

rei q estas aChem a vmces apestidos daquela tão felis sa  
ude Como Comvem pa serviso dos meus santissimos e a man  
ticimos Coracoins de JMJAJ pa meu Remedio e emparo  
e de todas as minhas senhoras mosas e mais familia desa S  
Caza estimei mto q vmce Chegase Com saude e bom suceso  
ainda q Com trabalho e aChase tudo bom  
(Carta de 03 de julho de 1737)

b. Mas é possível também que *Rosa*, quase à maneira de um pregador barroco, produza um discurso preñado de antíteses, com o firme propósito de persuasão:

Vejam-se alguns exemplos:

Na Carta datada de 23 de fevereiro de 1738, a africana faz uma contundente referência ao fato de ser escrava, o que, no seu caso em particular, toma uma dimensão maior, porque de fato o foi. Nunca se liberta do jugo da escravidão. Alforria-se, mas torna-se escrava da humanidade e de Deus. Contudo, deprecia-se para reforçar o fato de que efetivamente teria sido a eleita: “Sendo eu qual sou tão grande e tão feia e tão carregada de culpas e abominações

es

**timarei mto e mto q vmce e ma Snra e todas as Snras  
mossas estejão apestidas de hua saude tão felis  
Como eu dezejo e a Ds pesso q a ma de presente he  
he boa e tanto do agrado de Ds e pesso a vmce e a minha  
Snra em Caridade do proximo me ajude a dar grasas ao  
Snro pela bondade da minha vida pois se dignou por su  
a emfenita piedade e mizericordia fazela a sua imatasão  
Louvado mil milhares de vezes no seo e na terra seja ele  
e bendito por estes beneficios e merces pois sendo eu qual  
sou tão grande e tão feia e tão Carregada de Culpas e a  
bominasois foi Ds tão benigno Clamarme pa Companhei  
ra da sua Crus sem olhar pa qm eu sou vestirme e ador  
narme Com a gala da sua sagrada humanidade e dar-me a  
beber do Calis da sua saCratisima morte Payxão pa em  
tudo me ligar Comsigo e Com estas publicas testemunhas  
dar a emtender q o mundo e a seus Amigos e inimigos Co  
mo o seu Corasão Santicimo esta de pose do meu e vem  
buscar os de todos q de boa vontade lhos derem digo isto  
porq Como eu lhe dou o meu Corasão de toda a ma vontade  
sem Rezervar nada pa mim digo antão q esta de pose  
do meu Corasão peso a vmce q lhe pessa q se ele esta da pose do meu  
q o não Largue por nenhũ titulo nem preso ainda q  
haja o q houver fique esta minha dadiva emmovel e  
emRemediavel Como vg se ele quizer hũa Couza e eu ou**

tra Como se ele quizer q eu va pa o inferno Louvalo  
quero hir porq só Louvalo e amalo quero pa sempre e mto  
dos os Lugares sobre todas as Couzas  
(Carta de 23 de janeiro de 1738)

Em outro exemplo, o da Carta datada de 29 de setembro de 1738, começa a tratar Pedro Rodrigues Arvelos por filho, mas não dispensa o antigo tratamento de senhor, sempre neste discurso antitético:

Repare bem nisto q digo aRojandome a chamar lhe filho, não  
ja por gloria do meu Coração senão por gloria do Coração de meu  
Snro jezus Christo senão fora o conhecer ja esa lus por sua mize  
cordia divina e o Comténtamento q se Recebe; em qualquer pecador  
q com veras me chamar may ele me permite q pelos merecimentos de  
suas santiçimas chagas q o hade ele tomar por filho seu e perguntando  
lhe eu se antes diso todos não herão seus filhos Respondeume q sim  
mas q pecados q exzercitavão nos Corasoins ficavão longe desta=  
grasa e desmerecedores de sua amizade e q aqueles q comtritos e aRe  
pendidos sem fingimento me procurasem a mim por maes q permetia fa  
zelos bem aventurados na gloria do seu Coração; e desde esta hora que  
me fes esta pormesa pa ca he tal o fervor e empulso q sente o m  
meu coração e dezejo ardente de hir por hese mundo todo q me tomasem por  
may e comtritos e aRependidos viesem commigo, q eu lhe permetia da  
pte do mesmo deos fazer com eles huã ETerna liansa do amor de je  
zus maria joze joaquim e Anna

## Considerações finais

Este texto teve um triplo propósito:

- a) primeiramente, apontar a excepcionalidade e a singularidade da trajetória da africana *Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz* na sua relação com a escrita, dando uma brevíssima notícia da sua produção epistolar;
- b) em segundo lugar, anunciar que a produção escrita da africana *Rosa Maria Egipciaca da Vera Cruz* e outros raros escritos produzidos por mulheres do seu convívio do âmbito do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII, são o foco de um sub-projeto de pesquisa englobado por um projeto maior, intitulado *Leitura e escrita aos olhos da Inquisição*, que se vem desenvolvendo no âmbito do *Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR)* e da linha de pesquisa *História da Cultura Escrita no Brasil (HISCULT)*, do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia;

- c) finalmente, por ter sido *Rosa Virgínia Mattos e Silva* quem, da maneira mais elegante e sofisticada, desenvolveu a proposição de que africanos e afrodescendentes foram os principais formatadores e difusores da variante socialmente majoritária do português brasileiro – o chamado português popular brasileiro –, julgam os autores deste texto que ter sido uma *Rosa* a primeira escritora da história afro-brasileira vai além de uma mera coincidência...

## Referências

- ALGRANTI, Leila Mezan (1999). *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2 ed. Rio de Janeiro/ Brasília: José Olympio/ EDUnB.
- ALGRANTI, Leila Mezan (2004). *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP.
- ARAÚJO, Jorge de Souza (1999). *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus: UESC.
- BASTOS, Maria Helena Câmara (2002). De pai para filha: cartas sobre a educação de Cora (1849). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2002). “Como o polvo e o camaleão se transformam”: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF.
- CHARTIER, Roger (2004). As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*. 1 ed., 10 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras.
- GINZBURG, Carlo (1989). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto (2008). *Ensino secundário no Brasil Império*. 2 ed. São Paulo: EDUSP.
- ELIAS, Norbert (1993). *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2 v.
- LOBO, Tânia Conceição Freire (2001). *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson (2007). Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba T. de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini; LOPES, Ruth E. Vasconcellos (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo/Campinas: FAPESP/Pontes.
- MARQUILHAS, Rita (2000). *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal, séc. XVII*. Lisboa: IN-CM.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.) (2000). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres.



- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis (2000). A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya BATTELLA (Org.). *Prezado senhor, Prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MOTT, Luiz (1993). *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira (1994). *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia – 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura.
- OLIVEIRA, Klebson (2004). E agora, com a escrita, os escravos! In: COSTA, Sônia Borba Bastos; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA.
- OLIVEIRA, Klebson (2006). *Negros e escrita na Bahia do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.
- PETRUCCI, Armando (1999). *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa.
- PETRUCCI, Armando (2003). *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- RODRIGUES, Leda Maria Pereira (1962). *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a proclamação da República*. São Paulo: Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientae”.
- TIN, Emerson (2005) (Org.). Introdução. In: *A arte de escrever cartas: anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas: Editora da UNICAMP.